

APRESENTAÇÃO

POLÍTICAS EDUCACIONAIS, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES: “NOVO” PARADIGMA PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES?

Este dossiê propõe-se a aprofundar o impacto de políticas de padronização curricular e da cultura da avaliação sobre a formação de professores, considerando os conceitos de “habilidades e competências”. Este tema vem se constituindo como objeto de estudo, logo, fonte de análise, para grupos de pesquisadores, em especial diante da definição de novas políticas educacionais. Tem influenciado, igualmente, a formação continuada de professores e, a partir da centralidade nos conceitos de competências e habilidades, ampliando as perspectivas meritocráticas tanto com os estudantes como com os professores.

Atualmente, há muitas normatizações curriculares, dentre os quais podem ser citadas: diretrizes, parâmetros, orientações de documentos municipais e estaduais, entre outros, que enfatizam a necessidade dos professores adquirirem conhecimentos para lidar com o desenvolvimento de habilidades e competências, de maneira a tomá-los como eixos norteadores do currículo escolar. Da mesma forma, estes conceitos vêm sendo colocados como princípios articuladores da formação docente e são interpretados por formuladores de políticas como essenciais para gerir “ambientes de aprendizagem” e o desempenho profissional.

Os defensores dessa perspectiva acreditam que os profissionais, a partir da lógica das competências e habilidades terão a capacidade de analisar situações-problemas e, conseqüentemente, poderão melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes. Neste sentido, há em curso políticas de indução profissional, nas quais se apresenta um paradigma pautado em um “professor do futuro”.

Este paradigma vem trazendo desafios para professores, particularmente, da Escola Básica com as experiências curriculares e avaliativas. Assim sendo, este dossiê propõe como objeto de análise a formação proposta para um “professor do futuro”, considerando políticas públicas em movimento, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), observando os processos de apropriação, ressignificação e (re)interpretação gerados por professores envolvidos por esta política e outras igualmente significativas.

Assim, o dossiê se inscreve na perspectiva de análises a respeito das concepções e perspectivas didático-pedagógicas presentes em políticas públicas educacionais, observando as

representações docentes sobre estas propostas. Diferente de outros estudos, o dossiê privilegiará as análises sobre a criação de um paradigma formativo e seus possíveis impactos e desdobramentos sobre a docência e avaliação. Neste sentido, a perspectiva curricular e o processo de avaliação serão motivos para novas discussões e reflexões por um grupo de professores-pesquisadores, observando como se vive as pressões políticas, didático-pedagógicas e sociais a partir da intenção oficial de se criar uma escola universal e meritocrática. Portanto, os estudos do dossiê poderão contribuir com outros pesquisadores acerca da nova fase de desenvolvimento da escola meritocrática e seus desdobramentos sobre a escola de massa, observando sua atual crise, assim como os conflitos vividos a partir das práticas curriculares e avaliativas.

Os textos aqui apresentados debatem o desenvolvimento das políticas públicas educacionais a partir da década de 1990, na qual a “pedagogia dos resultados” foi associada à ideia de “Direito à Educação”. Essa vinculação não somente gerou uma transformação sobre as finalidades da instituição Escola, como também em suas práticas didático-pedagógicas e nas práticas de formação profissional, pois esses aspectos ganharam contornos amplamente voltados ao neoliberalismo, neotecnicismo e a meritocracia. Além disso, a formação humana passou a ser entendida como uma preparação para o mercado de trabalho. Isso favoreceu a inserção de “habilidades e competências” como um viés para a formação continuada, envolvendo estudantes e professores, como também diferentes campos: político, curricular, avaliativo e didático-pedagógico.

Sabe-se que a função econômica destinada na Escola, vem desde a década de 1960 do século XX, e continua frequente nos discursos educacionais e políticos, bem como a “pedra de toque” no debate educacional para as diferentes modalidades de ensino: público ou privado. Tal perspectiva representa o esvaziamento profundo do papel da Escola, porque impõe um reducionismo humano e a limitação dos indivíduos à inserção linear para competição de um emprego. Tal finalidade gera uma função excludente: aumentar o controle em relação ao que se passa nas salas de aulas e a notável desprofissionalização da função docente.

Do mesmo modo, a Escola sempre foi representada por um espaço, no qual se dá a transmissão de “habilidades e competências”, mas também, ou principalmente, o lugar de conhecimento e de troca de cultura, portanto, de diferentes saberes. Isso pressupõe uma inserção no mundo do trabalho a partir de diferentes dimensões, tais como: culturais, políticas e

históricas. Diante disso, pode-se indagar: Como se caracteriza a ideia de “habilidades e competências” de propostas governamentais e políticas educacionais?

Observa que, atualmente, o “mundo do trabalho” se transformou no “mundo do emprego”. Assim, a escola passou a ser a “responsável” pelo índice de desemprego, bem como por um modelo educacional voltado para o desenvolvimento econômico, distinto de outros períodos históricos.

Convém reconhecer que a Escola pode não conseguir eliminar ou reduzir índices de desempregos, pois não há garantia de que todos os jovens, e de qualquer nacionalidade, terão acesso imediato na inserção ao mercado do trabalho. Da mesma forma, a Escola pode contribuir com a difusão de saberes sobre esse tema, mas a inserção ao mercado de trabalho não depende dela.

Justamente as análises presentes nesse dossiê apresentam análises históricas, políticas e socioculturais para enfrentamento didático-pedagógico sobre as transformações das políticas educacionais, do currículo, da avaliação escolar e, fundamentalmente, para a formação continuada de professores.

Nos textos - *Crítica à noção de competência como discurso hegemônico na política educacional e na formação de professores no Brasil; A formação de alfabetizadores no Brasil sob a égide do discurso hegemônico do estado; Articulações discursivas em torno da Base Nacional Comum Curricular em tentativas de controle da docência nas políticas em curso*, - se constata, por meio de aprofundamento do processo histórico, a indução de políticas educacionais de culpabilização e enfraquecimento docente, aspectos que pode levar a desorientação dos professores quanto ao papel da Educação.

Já nos textos - *Transfiguração da práxis docente: o papel das tecnologias digitais à luz do paradigma da educação onlife; Políticas educacionais, formação docente e tecnologias na construção da fluência tecnológico-pedagógica; Competências digitais em educação: Distanciamentos e aproximações entre documentos nacionais e internacionais* - trazem debates importantes sobre as interferências políticas e ideológicas sobre a formação continuada de professores, em especial, porque há orientações internacionais e urgentes de que os profissionais da Educação aprendam a lidar com a cultura digital. Isso faz com que as políticas educacionais suscitem nos professores uma busca incessante por exitosas metodologias de ensino. Logo, aprende-se profissionalmente que, as dimensões do desemprego estão

correlacionadas com as políticas educacionais e não as econômicas.

E para que essas ideias sejam incorporadas pelos profissionais da Escola, os textos - *A formação continuada docente sob novo paradigma formativo nos programas estaduais de alfabetização; Formulação e implementação da “transformação educacional”, políticas educacionais e governo da “nova direita” no Uruguai; Os problemas educacionais estão na avaliação: a solução está em sua eliminação* - elucidam como para o Estado, seja no Brasil, Uruguai ou Espanha, perdem o controle de “certificar” e “medir” o êxito de suas políticas educacionais, porque vivem formas apropriadas de “privatização da Educação”.

Cabe destacar que as diferentes manifestações da privatização escolar e educacional não corresponde somente a comprar ou vender algo, como algo didático-pedagógico, mas se instaura no valor simbólico do campo econômico. Da mesma forma, não se reduzir um determinado investimento público, mas amplia-se ao delegar as responsabilidades públicas para entidades privadas, sejam grupos empresariais, políticos e uma pessoa física.

Esse movimento está explicitado na reforma curricular da Base Nacional Comum Curricular brasileira (BNCC), pois o governo federal assumiu a responsabilidade pública de “aperfeiçoar” o currículo, mas sem torná-la uma real reforma pública, uma vez que delegou às equipes técnicas e especialistas empresariais a elaboração de uma política. Esse foi um processo sem a consulta efetiva das bases educacionais, dos movimentos sociais, sindicais e, principalmente, dos protagonistas do cotidiano escolar que são os professores.

Logo, depreende-se a análise de documentos produzidos sem os professores pode desvelar os desafios de entendimento da implantação das reformas no cotidiano escolar, uma vez que as propostas governamentais nem sempre são acolhidas pelo corpo docente, que ora burla, ora silencia, construindo táticas de resistência ao que está sendo implementado. Nesse sentido, pode-se ter uma outra forma de compreensão, para além da simples constatação de falta de empenho ou resistência dos professores às mudanças.

Cabe assim, ressaltar que as privatizações – e aqui cabe a palavra no plural - interfere na Educação ao abdicar do sentido público desse Direito Constitucional, assim sendo ficará cada vez mais difícil o Estado recuperar a “certificação” de sua atuação no campo educacional, pois, possivelmente, perderá o controle, de forma gradativa de um direito público e subjetivo, o Direito à Educação.

Isso suscita questionar se a imposição, advinda das “bases” das políticas neoliberais, na qual o Estado somente pode gerenciar, de modo periférico e distante, o planejamento de significativos investimentos em políticas sociais como a Educação, irá impactar mais ainda na intensa crise que vem assolando a Escola, em especial, a partir da década de 1990.

Os artigos aqui reunidos foram selecionados para pensar quais são a “bases” que fundamenta o esvaziamento do papel, tanto da Estado como para a Escola, para lidar com a formação humana. Os artigos aqui reunidos foram escolhidos por tomarem corajosamente o desafio de refletir sobre tais “bases” e os novos paradigmas formativos no campo educacional. Nessa oportunidade, convidamos o leitor a refletir conosco.

Além dos artigos o dossiê conta com a entrevista com pesquisadora americana de educação, da Universidade de Nova York, Diane Ravitch, em especial, considerando a intensa participação de empresários brasileiros e estrangeiros na implementação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente, em um país marcado pela desigualdade social, no caso do Brasil. Para isto, as coordenadoras deste dossiê realizaram tal entrevista a partir do livro *Slaying Goliath: The Passionate Resistance to Privatization and the Fight to Save America's Public Schools*, estabelecendo um debate sobre a implementação de uma Base Curricular nos Estados Unidos da América e a privatização da educação pública americana. A razão do nosso interesse foi produzir à análise comparativa, dois eixos para debates – Bases Curriculares e privatização – como também as possíveis transformações sobre políticas públicas fundamentais como o Direito à Educação.

Finalmente, queremos agradecer aos autores que submeteram seus textos e compartilharam seus estudos contribuindo para ressignificar e aprofundar as discussões sobre o impacto das políticas educacionais no contexto atual.

Boa leitura!

Organizadoras

Elaine Constant Pereira de Souza
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Vera Lucia Martiniak
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Maria Teresa Esteban do Valle
Universidade Federal Fluminense (UFF)